

Dívida divide presidenciáveis

A proposta de suspender o pagamento da dívida brasileira aos bancos privados internacionais até a posse do novo presidente da República provoca divergências entre vários postulantes à sucessão do presidente José Sarney. Mário Covas (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Roberto Freire (PCB), apesar de favoráveis à suspensão, insistem em que o atual Governo não tem "legitimidade e nem credibilidade" para ameaçar com um novo "calote", ao passo que Ronaldo Caiado (PSD) considera "miopia de obturados mentais" qualquer tentativa de moratória.

De acordo com o programa de Governo dos "tucantos", a questão do endividamento externo será atacada através de uma eventual moratória ou com formas de securitização (transformação em bônus da dívida. Para Mário Covas, o nível atual de transferência de recursos para o pagamento dos juros da dívida é incompatível com a estabilidade da economia.

Já Afif Domingos (PL) condena qualquer atitude unilateral do Governo brasileiro no processo de renegociação da dívida externa. "O jeito é empurrar com a barriga até a posse do novo presidente", afirmou Afif, descrente de qualquer reação radical do Governo Sarney no tocante à suspensão temporária dos pagamentos. "Se ninguém confia neste Governo aqui no Brasil, imagina lá fora", disparou o presidenciável.

Roberto Freire concorda com a sugestão feita pelo Diretor da Área Externa do Banco Central, Arnin Lore, que prega a suspensão. Freire, se eleito, promete decretar a moratória por um período de dez anos e abrir processo de renegociação da dívida dos países do Terceiro Mundo, elegendo a ONU como o fórum. "Somente um Governo saindo das urnas terá força política para enfrentar a fúria dos banqueiros internacionais", disse o deputado.